

#### Memorando 1.623/2024

CORONEL VIVIDA

Responder apenas via 1Doc

By San Nage of Stringing of Str

Flaviane S. SS-AE

CC

Para

SA-DLC - Divisão...

7 setores envolvidos

SS-AE SA-DLC SS GP-PJ GP SF-DC SF

21/05/2024 16:59

# ADITITVO PRORROGAÇÃO CONTRATUAL - EMPRESA WELT

Boa tarde.

Prezados,

Através do presente, solicitamos aditivo de prorrogação contratual do contrato nº 77/2019, empresa WELT PRESTADORA DE SERVICOS - EIRELI - ME, CNPJ 13.649.693/0001-90, Processo nº 13/2019, pelo período de 60 (sessenta) dias.

Tal pedido se faz, considerando que o mesmo possui vencimento previsto para 07 de junho de 2024. Considerando que novo processo licitatório está em andamento sem previsão de homologação e início da execução dos serviços e;

Considerando ainda que trata-se de serviço ininterrupto e que visa a redução de riscos a saúde pública, haja vista que refere a unidades de saúde, nas quais profissionais e usuários estão expostos aos mais diversos tipos de doenças.

Segue, em anexo, manifestação de interesse por parte da empresa.

Sem mais, coloco-me a disposição e desde já agradeço.

### Flaviane Gubert Siqueira

Assessora Executiva



Quem já visualizou?

2 ou mais pessoas



solicitou a assinatura de Jaiana Kevilin Gubert em

21/05/2024 16:59:33

Flaviane Gubert Siqueira SS-AE

Memorando 1.623/2024 .

22/05/2024 08:30:49

Juliano Ribeiro SA-DLC reabriu para resolução.

## Despacho 1-1.623/2024

22/05/2024 08:31

(Encaminhado)

Juliano R. SA-DLC

GP-PJ - Procurad...

CC

Segue para parecer.

Juliano Ribeiro Agente Administrativo

Quem já visualizou?

2 ou mais pessoas

22/05/2024 09:56:51

Jaiana Kevilin Gubert SS assinou digitalmente Memorando 1.623/2024 com o certificado JAIANA KEVILIN GUBERT CPF 059.XXX.XXX-94 conforme MP nº 2.200/2001 .

22/05/2024 09:57:00

Jaiana Kevilin Gubert SS arquivou.

## Despacho 2-1.623/2024

22/05/2024 15:03

(Encaminhado)

Daniel L. GP-PJ

GP - Gabinete do...

A/C Anderson B CC

Segue o parecer jurídico.

Daniel Proença Larsson Procurador Jurídico (46) 3232-8313



Quem já visualizou?

22/05/2024 15:04:00

Daniel Proença Larsson GP-PJ assinou digitalmente Memorando 2-1.623/2024 com o certificado DANIEL PROENCA LARSSON CPF 090,XXX,XXX-01 conforme MP nº 2,200/2001 .

22/05/2024 15:04:14

Daniel Proença Larsson GP-PJ arquivou 6]

ADEMIR ANTONIO AZILIERO CPF 472.XXX.XXX-20.

Este documento contém assinatura digital, realizada por JAIANA KEVILIN GUBERT CPF 059.XXX.XXX-94, DANIEL PROENCA LARSSON CPF 090.XXX.XXX.01,



## Despacho 3-1.623/2024

22/05/2024 16:16

(Respondido)

Daniel L. GP-PJ

Envolvidos internos acompanhando CC

Diante do erro material constante no parecer jurídico, retifico-o para constar na parte final:

"Por fim, importante salientar que a prorrogação nesses casos ocorrerá em caráter

excepcional, o que significa dizer que o seu tempo de duração deve ser o mínimo necessário

para a Administração Pública providenciar uma nova contratação, o que já está ocorrendo

no caso em exame, vez que o novo certame se encontra em fase de análise das propostas e planilhas".

Daniel Proença Larsson

Procurador Jurídico

(46) 3232-8313

Quem já visualizou?

2 ou mais pessoas

22/05/2024 16:17:05

Daniel Proença Larsson GP-PJ arquivou.

## Despacho 4-1.623/2024

23/05/2024 08:37

Bom dia

(Encaminhado)

favor passar dotação

Leila M. SA-DLC

SF-DC - Departam..

Leila Marcolina

Agente Administrativo

CC

Quem já visualizou? 2 ou mais pessoas

23/05/2024 09:20:40

Jaiana Kevilin Gubert SS arquivou.

23/05/2024 11:28:27

Daniel Proença Larsson GP-PJ arquivou.

### Despacho 5-1.623/2024

24/05/2024 09:12

**BOM DIA** 

(Respondido)

EM AENXO INDICAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O PRESENTE OBJETO

5]

Envolvidos internos acompanhando CC

Ademir Antonio Aziliero ANALISTA CONTÁBIL





Quem jà visualizou? 2 ou mais pessoas

24/05/2024 09:12:56 Ademir Antonio Aziliero SF-DC assinou digitalmente Memorando 5- 1.623/2024 com o certificado ADEMIR ANTONIO AZILIERO CPF 472.XXX.XXX-20 conforme MP nº 2.200/2001 .

24/05/2024 09:13:14 Ademir Antonio Aziliero SF-DC arquivou.

24/05/2024 09:13:14 Ademir Antonio Aziliero SF-DC parou de acompanhar.

## Despacho 6-1.623/2024

24/05/2024 09:23

(Encaminhado)

Leila M. SA-DLC

SF - Secretaria ...

CC

Bom dia

segue pedido

### Leila Marcolina

Agente Administrativo

Quem já visualizou? 2 ou mais pessoas

24/05/2024 10:24:57 Jaiana Kevilin Gubert SS arquivou.

24/05/2024 10:24:57 Jaiana Kevilin Gubert (SS) parou de acompanhar.

## Despacho 7-1.623/2024

24/05/2024 13:45

(Encaminhado)

Paulo C. SF

GP - Gabinete do...

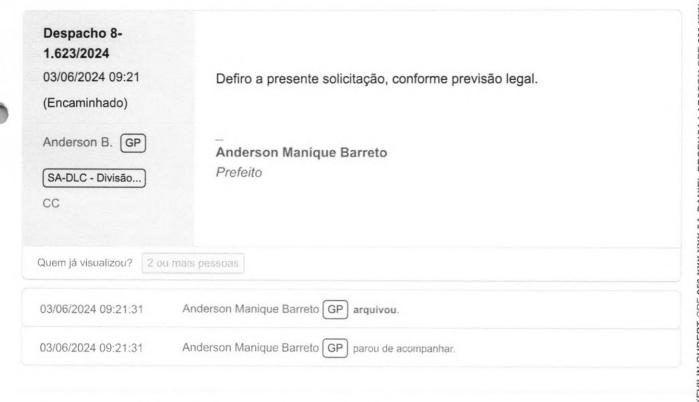
CC

# Paulo Ricardo de Souza Centenaro

SECRETÁRIO DE FAZENDA

5]

#### 1 Despacho não lido



Prefeitura de Coronel Vivida - Atendimento Coronel Vivida - PR Praça Angelo Mezzomo, Centro | 85550-000 administracao@coronelvivida.pr.gov.br

Impresso em 03/06/2024 10:39:30 por Leila Marcolina - Agente Administrativo





## WELT PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA.

CNPJ: 13.649.693/0001-90

Rua Julio Verne, nº 903 sala 01 Jd. Porto Alegre CEP: 85.906-040 Toledo – PR Fone/Fax: (45) 3054-8388 / (45) 99931-8763

e-mail: weltservicos@yahoo.com.br



Toledo-PR, 21 de Maio de 2024.

À Prefeitura do Município de Coronel Vivida Fundo Municipal de Saúde A/C: Sra. Flaviane Gubert Siqueira (Assessoria Executiva da SMS) e Sra. Jaiana Kevilin Gubert (Diretora Dpto. da Saúde)

Ref: Pedido de Prorrogação Contratual para mais 02 (dois) meses - CONTRATO Nº 077/2019

Prezada Senhoras,

A WELT PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado inscrito no CNPJ Nº 13.649.693/0001-90, com sede à Rua Julio Verne, 903 – Sala 01 – Jardim Porto Alegre, na cidade de Toledo - Paraná, neste ato representado por sua sócia/Administradora APARECIDA B. B. P. WERLANG, brasileira, casada, portadora da cédula de Identidade nº 2.141.663-0 SSP/PR, e inscrita no CPF sob nº 368.620.539-49, residente e domiciliada em Toledo-PR, DECLARA para os devidos fins que <u>ACEITA</u> a prorrogação por mais 02 (dois) meses do Contrato nº 077/2019, referente a Tomada de Preços nº 003/2019, conforme o referido contrato.

Desde já agradecemos a parceria, ficamos no aguardo para a assinatura do aditivo.

Atenciosamente,

APARECIDA BENEDITA
BRUNHARA PEREIRA
WERLANG:3686205394
Date: 20224.05.21 10:08:58
-0.3'(0')

WELT PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA. CNPJ 13.649.693/0001-90





## PERECER JURÍDICO

Trata-se de pedido formulado pela Secretaria Municipal de Saúde para o fim de prorrogar a vigência do Contrato nº 77/2019 pelo prazo excepcional de 60 dias, visto que o novo certame ainda está em andamento e não tem previsão para seu término.

Pois bem.

A duração dos contratos administrativos está regulada no art. 57 da Lei nº 8.666/93, verbis:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

I - aos projetos cujos produtos estejam contemplados nas metas estabelecidas no Plano Plurianual, os quais poderão ser prorrogados se houver interesse da Administração e desde que isso tenha sido previsto no ato convocatório;

 II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;
 III - (Vetado).

IV - ao aluguel de equipamentos e à utilização de programas de informática, podendo a duração estender-se pelo prazo de até 48 (quarenta e oito) meses após o início da vigência do contrato.

V - às hipóteses previstas nos incisos IX, XIX, XXVIII e XXXI do art. 24, cujos contratos poderão ter vigência por até 120 (cento e vinte) meses, caso haja interesse da administração.

§ 10 Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

I - alteração do projeto ou especificações, pela Administração;

 II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

III - interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;

IV - aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;

V - impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

VI - omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

§ 20 Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.

§ 30 É vedado o contrato com prazo de vigência indeterminado.

§ 40 Em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante autorização da autoridade superior, o prazo de que trata o inciso II do caput deste artigo poderá ser prorrogado por até doze meses.

Pelo que se observa do texto legal, a norma contida no *caput* determina que os contratos administrativos, em regra, só podem ter duração equivalente à vigência dos seus créditos orçamentários, excetuadas as situações enquadradas em uma das hipóteses dos incisos do dispositivo.







Nos termos do inciso II, *caput*, acima transcrito, as avenças relativas a serviços contínuos podem ter duração de até 60 (sessenta) meses, contadas as respectivas prorrogações, desde que visem a atingir preços e condições mais vantajosas para a Administração.

Ainda, existem requisitos a serem observados para a prorrogação dos contratos administrativos, que são: a) contrato em vigor; b) previsão no instrumento contratual; c) serviços executados de forma contínua; d) demonstração de que os preços contratados permanecem vantajosos para a administração; e) prorrogação por períodos iguais e sucessivos; f) limitação a 60 meses; g) existência de interesse da administração e da empresa contratada; h) comprovação de que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação; i) disponibilidade orçamentária para fazer frente às despesas decorrentes da prorrogação; j) justificação e motivação, por escrito, em processo administrativo; k) autorização prévia da autoridade competente para a prorrogação.

Os requisitos acima são necessários às prorrogações ordinárias, quais sejam, as limitadas a 60 meses de vigência contratual, conforme artigo 57, II, da Lei nº 8.666/93.

Além dos requisitos acima listados, seriam acrescidas ao caso da prorrogação excepcional as seguintes exigências: *a*) situação excepcional devidamente justificada nos autos; e *b*) autorização da autoridade superior.

Quanto a esses requisitos, é de se destacar que, na hipótese de prorrogação excepcional, ao mesmo tempo em que se requer alguns elementos não exigíveis para a prorrogação ordinária, também se dispensa alguns dos requisitos necessários para esta última situação.

A rigor, não são necessárias para a prorrogação excepcional as seguintes exigências: a) previsão no instrumento contratual; b) prorrogação por períodos iguais e sucessivos; c) e a limitação a 60 meses de vigência.

A previsão da prorrogação excepcional no instrumento contratual é dispensável no atendimento da doutrina, por se tratar de situação imprevisível. Na verdade, a extensão da vida do contrato em caráter excepcional está atrelada a uma situação extraordinária, o que implica a impossibilidade de previsão. Essa é a lição de Marçal Justen Filho:

"Mas a hipótese de prorrogação prevista no § 4º independe de previsão no ato convocatório. É que, nesse caso, a prorrogação depende de evento extraordinário. Ora, a extraordinariedade do evento, que autoriza a prorrogação, impede sua previsão antecipada no ato convocatório." (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários a Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 13 ed. São Paulo: Dialética, 2009, p. 701).

Em relação à exigência de os prazos de prorrogação serem iguais e sucessivos, a bem da verdade o que se tem entendido é que os prazos dos contratos administrativos de serviços continuados decorrentes de prorrogação não necessitam ser iguais ao lapso originalmente contratado¹.

Acrescente-se que a doutrina e o Tribunal de Contas da União (TCU) interpretam que o prazo inicial dos contratos de prestação de serviço de forma continuada não está limitado ao período de vigência do crédito. A regra do inciso II, do artigo 57, da Lei nº

Praça Angelo Mezzomo, s/nº - 85550-000 - Coronel Vivida - Parană Fone: (46) 3232-8313 - e-mail: procurador@coronelvivida.pr.gov.br

CORONEL VIVIDA

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários a Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 13 ed. São Paulo: Dialética, 2009, p. 702: "É obrigatório respeitar, na renovação, no mesmo prazo da contratação original? A resposta é negativa, memo que o texto legal aluda a iguais. Seria um contrassenso impor a obrigatoriedade de renovação por período idêntico. Se É possível pactuar o contrato por até sessenta meses, não seria razoável subordinar a Administração ao dever de estabelecer períodos idênticos para a vigência."

Praça Angelo Mezzomo, s/nº - 85550-000 - Coronel Vivida - Paraná





8666/93 é uma exceção ao contido no *caput* do dispositivo, motivo pelo qual o prazo original das avenças referentes a serviços continuados pode ser excepcionalmente superior a 12 meses. Há, inclusive, a orientação normativa nº 38 da AGU, que dispõe nesse sentido:

"Nos contratos de prestação de serviços de natureza continuada deve-se observar que: a) o prazo de vigência originário, de regra, é de até 12 meses; b) excepcionalmente, este prazo poderá ser fixado por período superior a 12 meses nos casos em que, diante da peculiaridade e/ou complexidade do objeto, fique tecnicamente demonstrado o benefício advindo para a administração; e c) é juridicamente possível a prorrogação do contrato por prazo diverso do contratado originariamente."

Ademais, no caso da prorrogação excepcional, como ela é limitada a 12 meses, não há que se falar em prazo igual. Se essa exigência persistisse, os contratos com lapso de vigência superior a 12 meses estariam automaticamente excluídos das hipóteses de prorrogação excepcional. Essa conclusão se mostra totalmente desarrazoada, se nos apegarmos à finalidade do instituto da prorrogação excepcional, que é evitar a ausência de um serviço essencial para a Administração Pública.

Em relação ao prazo sucessivo, esse requisito não é afastado no caso da prorrogação excepcional porque não é possível haver solução de continuidade. O prazo da prorrogação deve suceder o lapso prorrogado, sob pena de desnaturar a necessidade imperiosa apta a justificar a prorrogação extraordinária.

No que toca à limitação de 60 meses, ela é aplicável às prorrogações ordinárias (artigo 57, II, da Lei 8.666/93). A extensão temporal do contrato de forma excepcional tem o poder de fazer com que a avença sobreviva por 72 meses, sendo 60 meses em caráter ordinário e 12 em situação excepcional. Chega-se a essa conclusão com a letra do § 4º, do art. 57, da Lei nº 8666/93, pois tal dispositivo admite a prorrogação do prazo mencionado no inciso II, do art. 57 em referência, qual seja, o lapso de 60 meses. Isto é, o que prevê o § 4º é exatamente a possibilidade de extrapolação dos 60 meses.

Além esses requisitos, são necessários para a prorrogação em caráter excepcional do § 4º do art. 57 da Lei nº 8.666/93 os demais mencionados no tópico anterior, acrescidos das exigências de <u>autorização da autoridade superior e de situação excepcional devidamente justificada nos autos</u>.

Quanto à autorização da autoridade superior, ela deve ser colhida do agente que ocupa a função de superior hierárquico imediato em relação àquele que regimentalmente tem a atribuição de assinar o ajuste. Note-se que a Lei não faz referência à autoridade máxima do órgão ou entidade, mas sim à *autoridade superior*. Daí porque é suficiente a autorização do chefe imediato daquele que tem a competência para assinar o contrato.

Sob outro aspecto a jurisprudência do TCU é no sentido de que não deve a Administração deixar de fazer o planejamento de suas contratações contando com prorrogações excepcionais. Observe-se, porém, que em determinado momento o Tribunal de Contas não veda a prorrogação excepcional no caso de falta de planejamento (Acórdão 1644/2007, TCU) e em outra a Corte apenas recomenda que a sobrevida excepcional do contrato administrativo seja evitada (Acórdão 2702/2006 TCU).

Analisando a situação, não há dúvida de que o entendimento que deve prevalecer é aquele no sentido de impor ao gestor público o dever de bem planejar as contrações do órgão, a fim de evitar as prorrogações excepcionais, mas se admitindo essas prorrogações mesmo na ausência de planejamento.







Ressalte-se que deve ser aplicado às prorrogações excepcionais o mesmo raciocínio aplicável às contratações com dispensa de licitação por emergência (art. 24, IV, da Lei 8.666/93). Nas lições dos administrativistas brasileiros, a falta de planejamento da Administração não deve impedir uma eventual contratação direta por emergência, sob pena de se punir o cidadão usuário do serviço público. Nesse sentido, leciona J. U. Jacoby Fernandes²:

"Relevante questão que se apresenta diz respeito à verificação da conduta do administrador e se a mesma, quando caracterizada como desidiosa, deve implicar a impossibilidade de a Administração servir-se desse dispositivo que autoriza a dispensa de licitação. A resposta é negativa.

Efetivamente, se ficar caracterizada a emergência e todos os outros requisitos estabelecidos nesse dispositivo, que serão estudados a seguir, pouco importa que a mesma decorra da inércia do agente da administração ou não. Caracterizada a tipificação legal, não pode a sociedade ser duplamente penalizada pela incompetência de servidores públicos ou agentes políticos: dispensa-se a licitação em qualquer caso."

No mesmo sentido é a lição de Joel de Menezes Niebuhr3:

"A priori, a situação de urgência não deve ser provocada pela incúria da Administração Pública, que tem o dever de planejar e prever todas as suas demandas. É obrigatório que ela controle seus estoques, procedendo à licitação pública antes que os produtos visados corram o risco de faltar. No entanto, se o interesse público demanda realizar a contratação direta, sem que se possa aguardar a conclusão de licitação, é forçoso reconhecer a licitude da dispensa, mesmo que a desídia de agente administrativo tenha dado causa à demanda. Não é razoável desautorizar a dispensa e, com isso, prejudicar o interesse público, que, sem o objeto a ser contratado, acabaria desatendido. Tanto mais, para evitar tais situações, é imperativo que sobre os ombros do agente administrativo relapso recaia forte reprimenda, para o efeito de desencorajar comportamentos similares, desde que respeitados os princípios informadores do processo administrativo, entre os quais os do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório, previstos nos incisos LIV e LV do artigo 5º da Constituição Federal."

No caso da prorrogação excepcional (art. 57, § 4º, da Lei nº 8666/93), o raciocínio deve ser o mesmo. Aliás, é de se destacar que, aos olhos do ordenamento jurídico, a dispensa de licitação é mais indesejada do que a prorrogação de um contrato, ainda que em caráter excepcional. Note-se que a dispensa indevida de licitação é tipificada como crime (art. 89 da Lei 8666/93), com pena mais grave do que a prorrogação indevida (art. 92 da mesma Lei).

Nesse diapasão, é de concluir que se a ausência ou deficiência de planejamento não impede a possiblidade de contratação direta por emergência e também não pode barrar a prorrogação excepcional de um contrato administrativo, ainda mais no caso em concreto onde houve o planejamento por parte do administrador público, o qual deu início ao novo processo licitatório dentro do prazo legal.

Entenda-se que a extensão temporal da vida de um contrato administrativo, ao contrário da dispensa, faz com que a avença continue vinculada ao certame no qual se prestigiou todos os princípios da Administração Pública, bem como se buscou a proposta mais vantajosa para o Poder Público. Já a contratação direta por dispensa de licitação não é



<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> FERNANDES, J. U. JAcoby. Contratação Direta sem Licitação. 7 ed. Belo Horizonte: Fórum, 2008, p. 332-333.

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> NIEBUHR, Joel de Menezes. Licitação Pública e Contrato Administrativo. 2 ed. Belo Horizonte: Fórum, 2011, p. 115-116.





precedida de uma ampla competição, dificultando-se assim a obtenção da melhor proposta. Por isso, seria incoerência do sistema considerar que a falta de planejamento autoriza uma contração direta, mas impede uma prorrogação excepcional.

A verdade é que a excepcionalidade geradora da prorrogação não deve ser averiguada de acordo com a causa da ausência de um novo ajuste no tempo ordinariamente admitido pela Lei. É a consequência que a falta do serviço acarretará ao funcionamento da unidade da Administração Pública que deve justificar a prorrogação excepcional.

Portanto, a finalidade do instituto da prorrogação excepcional é evitar a ausência de um serviço essencial para a Administração Pública, razão pela qual a excepcionalidade deve ser aferida com os olhos voltados para as consequências da falta do serviço, e não com base na causa da ausência de um novo contrato.

esteira, a prorrogação excepcional não pode ser aplicada indiscriminadamente. Conforme já afirmado em linhas anteriores, ela só deve ocorrer nas situações em que a ausência do serviço acarretar prejuízos ao bom funcionamento do órgão ou da entidade contratante. Caso a falta do serviço durante o tempo necessário para a assinatura de um novo ajuste não acarrete prejuízos consideráveis para a Administração, não se vê motivos para a prorrogação extraordinária. A título de exemplo, citamos o caso concreto em análise que são serviços de limpeza de escolas, creches e demais unidades administrativas, cuja prestação é sempre imprescindível para o contratante cumprir sua missão.

Por fim, importante salientar que a prorrogação nesses casos ocorrerá em caráter excepcional, o que significa dizer que o seu tempo de duração deve ser o mínimo necessário para a Administração Pública providenciar uma nova contratação, o que já está ocorrendo no caso em exame, vez que o edital de abertura do processo licitatório já foi publicado, aguardando-se apenas sua retificação e republicação para prosseguimento do feito.

Desse modo, esta Procuradoria Jurídica se manifesta pela possibilidade da prorrogação excepcional de contrato administrativo de serviço continuado, limitada a 12 meses, nos termos do art. 57, § 4º, da Lei nº 8666/93, visto que a ausência do serviço acarretará prejuízos consideráveis ao bom funcionamento do órgão.

Por fim, necessário se faz a autorização da autoridade superior.

Este é o parecer.

Coronel Vivida-PR, 22 de maio de 2024.

Daniel Proença Larsson Procurador Jurídico OAB/PR nº 90.028







# INDICAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**OBJETO**: Contratação de empresa para execução de serviços continuados de copeiragem, conservação e limpeza para atender a Secretaria Municipal de Saúde. TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO

UNII Natu	DADE: 01 ireza da	l – Depart	amento Naturez	NICIPAL DA SAÚDE de Saúde. a da Despesa: 3.3.90.34 – Outras	s Despesas d	e Pessoal	l decorrentes de
UG	O/U	FONTE	P/A	DESCRIÇÃO	DESPESA PRINC.	DESD.	NATUREZA
02	06/01	303	2.027	Atenção Básica Fixa - FMS 06.001.10.301.0019.2.027	674	674	3.3.90.34
02	06/01	000	2.062	UPA 24 HORAS 06.001.10.302.0019.2.062	887	887	3.3.90.34

Coronel Vivida, 24 de maio de 2024

ADEMIR ANTONIO AZILIERO CRC 025365-0/PR





#### ADITIVO Nº 14

#### TERMO ADITIVO DE CONTRATO

Décimo quarto termo aditivo ao Contrato nº 77/2019 decorrente do Tomada de Preços nº 03/2019, que entre si celebram o município de Coronel Vivida juntamente com o Fundo Municipal de Saúde e a empresa **WELT PRESTADORA DE SERVIÇOS – EIRELI – ME**, na forma abaixo:

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 76.995.455/0001-56, sediado na Praça Ângelo Mezzomo, s/n - Centro, na cidade de Coronel Vivida, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Sr. Anderson Manique Barreto, inscrito no CPF sob o nº 967.311.099-91 e RG nº 5.228.761-8, juntamente com o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL VIVIDA - PARANÁ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 08.906.533/0001-49, com sede na Rua Romário Martins, 154 - Centro, Estado do Paraná neste ato representado pela Diretora do Departamento de Saúde Básica Sra. Jaiana Kevilin Gubert, inscrita no CPF sob o nº 059.110.159-94 e RG nº 10.036.878-1.

CONTRATADA: **WELT PRESTADORA DE SERVIÇOS – EIRELI**, estabelecida na Rua Julio Verne, 903, Sala 01 – Jardim Porto Alegre, no município de Toledo (85.906-040), Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob nº 13.649.693/0001-90, neste ato representada pela Sra. **Aparecida Benedita Brunhara Pereira Werlang**, inscrita no CPF sob o nº 368.620.539-49 e RG nº 2.141.663-0.

As partes acima identificadas resolvem firmar o presente termo aditivo de contrato, conforme as cláusulas e condições abaixo:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

Este Termo Aditivo tem por objetivo a PRORROGAÇÃO do Contrato nº 77/2019 que tem como objeto a contratação de empresa especializada para execução de serviços de conservação e limpeza (serventes de limpeza) e serviços de copa e cozinha (copeiras) para a manutenção do departamento municipal de saúde (Unidades Básicas, CAPS— Centro de Atenção Psicossocial, CEO — Centro de Especialidades Odontológicas, UPA — Unidade de Pronto Atendimento).

## CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO:

A prorrogação, objeto deste aditamento, está embasada no artigo 57, § 4º, da Lei Federal nº 8.666/93, solicitação da contratada, da Secretária Municipal de Saúde, parecer jurídico, indicação contábil e Deliberação Superior.

## CLÁUSULA TERCEIRA - DA PRORROGAÇÃO

Prorroga-se a vigência do contrato por mais 02 (dois) meses, de 08 de junho de 2024 a 07 de agosto de 2024.

#### CLÁUSULA QUARTA – DOS VALORES

<u>Parágrafo primeiro</u>: Os valores permanecem inalterados, conforme segue:





	QUANT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR MENSAL (02 MESES)
1	8	UN	SERVENTE DE LIMPEZA E COPEIRA, COM CARGA HORÁRIA DE 08:00 HORAS DIÁRIAS, DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA, TOTALIZANDO 40 HORAS SEMANAIS — ÁREA DA SAÚDE	4.527,46	36.219,68	72.439,36
2	2	UN	SERVENTE DE LIMPEZA E COPEIRA, COM CARGA HORÁRIA DE 04:00 HORAS DIÁRIAS, DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA, TOTALIZANDO 20 HORAS SEMANAIS — ÁREA DA SAÚDE	2.977,19	5.954,38	11.908,76
3	2	UN	SERVENTE DE LIMPEZA, COM CARGA HORÁRIA DE 08:00 HORAS DIÁRIAS, DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA, TOTALIZANDO 40 HORAS SEMANAIS – ÁREA DA SAÚDE	4.327,71	8.655,42	17.310,84
4	2	UN	SERVENTE DE LIMPEZA, COM CARGA HORÁRIA DE 04:00 HORAS DIÁRIAS, DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA, TOTALIZANDO 20 HORAS SEMANAIS – ÁREA DA SAÚDE	2.877,31	5.754,62	11.509,24
5	2	UN	SERVENTE DE LIMPEZA E COPEIRA, ESCALA DE 12 PARA 36 HORAS, NO HORÁRIO DAS 07:00 AS 19:00 HORAS, COM 44 HORAS SEMANAIS – ÁREA DA SAÚDE	4.967,14	9.934,28	19.868,56
6	2	UN	SERVENTE DE LIMPEZA E COPEIRA, ESCALA DE 12 PARA 36 HORAS, NO HORÁRIO DAS 19:00 AS 07:00 HORAS, COM 44 HORAS SEMANAIS, COM ADICIONAL NOTURNO – ÁREA DA SAÚDE	5.695,28	11.390,56	22.781,12

<u>Parágrafo segundo:</u> O valor total do presente termo aditivo é de R\$ 155.817,88 (cento e cinquenta e cinco mil oitocentos e dezessete reais e oitenta e oito centavos).

#### CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR ATUALIZADO DO CONTRATO:

O valor atualizado do contrato passa a ser de R\$ 3.832.859,32 (três milhões oitocentos e trinta e dois mil oitocentos e cinquenta e nove reais e trinta e dois centavos).

### CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS:

Os recursos para assegurar o pagamento das obrigações constantes neste aditivo correrão por conta das dotações orçamentárias especificadas abaixo:





UNII Natu	DADE: 01 reza da	l - Depart	amento Naturez	NICIPAL DA SAÚDE de Saúde. a da Despesa: 3.3.90.34 – Out	tras Despesas d	e Pessoa	l decorrentes de
UG	O/U	FONTE	P/A	DESCRIÇÃO	DESPESA PRINC.	DESD.	NATUREZA
02	06/01	303	2.027	Atenção Básica Fíxa - FMS 06.001.10.301.0019.2.027	674	674	3.3.90.34
02	06/01	000	2.062	UPA 24 HORAS 06.001.10.302.0019.2.062	887	887	3.3.90.34

## CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato original nº 77/2019 de 06 de junho de 2019.

E por estarem assim justas e acordadas, assinam as partes o presente termo aditivo, obrigando-se, por si e por seus sucessores a qualquer título, a cumpri-lo em todos os seus termos.

Coronel Vivida, 03 de junho de 2024.

ANDERSON
MANIQUE
BARRETO:96731100

Assinado de forma digital
por ANDERSON MANIQUE
BARRETO:96731109991
Dados: 2024.06.04 11:13:12 -03'00' Anderson Manique Barreto Prefeito CONTRATANTE

ANDERSON

JAIANA KEVILIN Assinado de forma digital por JAIANA KEVILIN GUBERT:059110 GUBERT:05911015994 Dados: 2024.06.04 15994 14:45:43 -03'00'

Jaiana Kevilin Gubert Fundo Municipal de Saúde CONTRATANTE

APARECIDA BENEDITA
BRUNHARA PEREIRA
WERLANG:3686205394
WERLANG:36862053949
Date: 2024.06.05 18:46:58

**CONTRATADA** 

9 -03'00' Aparecida Benedita B. Pereira Werlang Welt Prestadora de Serviços - Eireli - ME

Testemunhas: ............ 

Minicipio

FLE 1832

# **PUBLICAÇÃO OFICIAL**



PORTO BARREIRO

unit familier #11.75 on unit to 7 Lin

Plants to from Danier

Section and the Section of Section 1979

Sale March

Passe

Park State Control of the Control of

MANUFACTURE.

Policy Standard





teat

reservant de perce plant.

reservant de percept de l'acceptant de l'accepta

ALLEN THE PROPERTY OF THE PARTY OF THE PARTY OF THE PARTY.





----

AND THE OWN OWN THE WAY IN BUILDING THE PARTY OF THE PART

Annual region is not have not belong the name of the



CÁMARA MUNICIPAL DE MARQUINHO
ESTADO DO PARANA
ALA MARCINA DE MARQUINHO
ESTADO DO PARANA
ALA MARCINA DE MARCIN

BUNDLA: Designs services macronalist per garr e dustal la Portal de Transperiente de Lagadanie pe Mirepirez-PA

CONSCIPLANCE & Let Tribate Inf 12 SCT At 1-17-12(1) it is their interest and or property of the Constitution of the Constitution of their interest in Management (and their interest in Management (and their interest in Assert (and their interest in Management (and their interest in Assert (and their intere

RESOLVE

Designer a movulata MARINA MAZINERY, recensor organic on Designers of part or movelation of Fernal on Transmissions dis Linguistics.

Service Successed an Administration of Parameters and Sale of Parameters and Sale of Service States

CÂMARA MUNICIPAL DE MARQUINHO
ESTADO DO PARANA
Suo requestra Passeu, ANT. - CANTIED - CET ATLAS DO - MARQUINEQUE
TEL-PA. (5"-12) bala (1 fe L-cal general equativação de producta por

DECRETO LEGISLATIVO Nº 16/2024

MANA Crossic Venus your Service Politics of Salar problems.

G Previous de Mese Diversir de Cestive Municipa de Marquines. rasti na sant de astre distributados legias, sem como de aserdo com a Organico e Regimento Sissena;

process para o deletera remain servicios servicios se Servaciones, Peros de Lata, Novele de Lata, Novele de Lata, Seu e Sange de Camadam, Janio a Climara Municipal de Servaciones, Péros de Let Rely, Reis o Reservicio de 10 de cienco de 2004 comeziones ao principal aquadros 0.1007/2022 a 11/08/2023.

Amate time therein mercel are eigen to done to now authoritie, recognise on

hale de femilies de Cârmes Municipal de Marquessa - Escoto de



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHIO

CONTRATANTE: PREPEITURA NUNICIPAL DE MARQUINHOPE CONTRATADA: AVIVE GESTÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS LIDA CHPJ IV 33.482.

DRAFTO: A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE EXTRUÇOS MÉDICOS PARA A LINDADE DE SALDE DA PASILA SEDE DO MUNICIPIO.

Fina prompato à justo de sessação do Corista decolemnais es abase de referes aomo del o data de 10 de salamitro de 2014, perhamocam polarentes as famos. Clisidas de Corista Olignio deste sou del celátim com as aleste temp, tegenipole de depusações de un ESSC de 71 de junto de 1911 o abrosphia polarieram.

ano de Paravid ser 35 de resso de 2024 SLID SOLZOW ANNOR



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO



All S.A. MARATIAN DE CHIEFAND IN SILVEN DE LANGE DE LES CONTRACTORS DE LA CONTRACTOR DEL CONTRACTOR DE LA CO

SLED MOLEON AMINON Propint Manager



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUENHO



DOTTELL STATE, INSTITUTION A MANIFORM, DE ASSIGNATION CROSS IN Private, one mini et finale de la distance, and materiales and time of PER ASSIGNATION.
 DOTTELL STATE ASSIGNATION STATE ASSIGNATION (STATE ASSIGNATION OF CONTROL STATE ASSIGNATION OF CONTR

TLEO BOLZON AUTHOR PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

CONCRETE LA SERVICIONE E MAZON - PRO

petition per fact morne, de print have les du 14 de periode 1/17, se présente nation 1 N, de come l'horisse, aut septembre de empressée par pour parte MERISANDE, EL CITO COMPANIONE DE LA CONTRA DEL CONTRA DE LA CONTRA DEL CONTRA DE LA CONTRA DEL CONTRA DE LA CONTRA DEL CONTRA DEL CONTRA DE LA CONTRA DEL CONTRA DE LA CONTRA DEL CONTRA DEL CONTRA DEL CONTRA DEL CONTRA DEL CONTRA DE LA CONT





PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

continue/prim or sectorial of the time 2-to 2-to ment a feet or province is concentrate to time theretoes of open a restrict or two price à system on NE -EMPLEA PARA SERVIÇIR DE PAVIMENTAÇÃO A RECAPE AVEALTICO LARA Prometorial de Bia





PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXÍM

PRES. AT THE PERSON OF T

Special provide St. 40.50.00.

According to make place a cools public total to SSS from the time too the state of the contract of the contract

ABANDATION OF 18 as contrast of 1701/11 - 1 manual from the 1700/11 - 1000/1000 (Montant Montant Monta

Admin of all an Octobro of 150,000 - Deservation in Licitation of 100 table - Commission in Commission EXPRESA BRANCE FOR COMMISSION ET 150,000 A 100 Per use of 134,000 A 100 Per use of 134,000 A 100 Per use of 134,000 Per

ANACONO DE CORONEL VIVOA - P.R.

TITIMO DE CONCURSI VIVOA - P.R.

TITIMO DE CONCURSI VIVOA - P.R.

TITIMO DE CONCURSI VIVOA - P.R.

ATA DE SEGISTAD DE PROÇES Nº 15/00-24 - PROLIDE LETRÔNICO Nº 07/2028

O MUNICIPIO DE CORONES. VIVOA - Deseos unidos on divide position, voir made ne Tregal Agone
Mazimos. 10° - Como Estento de Presed, macille no 10° si de 10° si de 10° si 25° si 25° si 25° si 10° si 10

CLAUSILA A PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE RESISTRO DE PPECOS:

1.7. Censulerando a adicilação da DETENTORA, a qual pede to candalamento da ata de registro de pr

190	Desi	w /orma,	fina ca	incelus	icado no mercado, fice CANCELADA e ATA DE REGIS o os liene		
n.	AF.	, cur	20	36 No.	(April ) Li	AND ME	LULA.
,		ited		Stocks	MANAGES and officers. Registering the immediated from NAMAGES (Instituted the Institute of Insti	hali	, San
		, Lower		The	Wallet St. Orlean St. (1987) Transport St. Salvert St. (1987) Transport	je#	. 4.00

Internation in control of the contro

MuniCipin De GORONEL VIVIDA ESTADO DO PARANA.

Bellasi nº. 049/2024 de 96/08/2024 - Processo Seletivio Simplificado nº. 091/2023 de

Bellasi nº. 049/2024 de 96/08/2024 - Processo Seletivio Simplificado nº. 091/2023 de

3.302/2022 Simulasi. Considerando qua os candidición; comvocado de; no efetta nº 046 de

0.3/56/2024, não se pronunciou no pratos seleçulado no referido edicia de comrocação de

Especiales de candidate habilitativa no Processo Seletivo Simplificado electro simplificado

Edital do Processo Seletivo 001/2023 de 13/02/2023, para o provimento de vaga temporátes de

Ber Professo Municipação, conforme acativo:

Nº ordem	Nome	Classificação	Nº Protecele
1	Adrieli Aparecida da Silva	36"	792/23
2	Janietly Carneiro	380	789/23
3	Indiamara Souza de Oliveira	19"	605/23

3 indiamara Souza de Olivera 39 Sobigas Saliar nº 595204 de 6866204 Processo Seletivo Simplificado nº. 0617023 de 11462023 Súmula: Convocação de candidato(s) habilitado(s) no Processo Seletivo Simplificado de l'emporário. CARSO PROFESSOR MUNICIPAL TEMPORARIO

Nº ordem	Nome	Classificação	Nº Protocolo
1	Adriana doe Reis	417	790/23
2	Manyone Vieira dos Santos	426	590/23
3	Rosenida Viarus de Rosa	43*	736/23
4	Silva Gewende Marcolina	44*	530/23
5	Juliano da Luz Silveiro	45"	787/23
6	Miriem Francisis Machado	48"	836/23
T	Julians Aparacida Schwan de Mallo	47+	786/23
8	Ronaldo de Paula Balfus	43"	801/23
0	Suellen Scramosin	40"	719/23

g Sustlen Scramosin 49° 170/23

Que origin Candidato(a)s conviscasio(a) lem pristo de 2400min(vinin a quatro horax), a contra de 19 (des) de jumho de 249A, porte compansor ao Departemento de Gestión de Personas, sina a Pragri, Publica Sonas Compansor ao Departemento de Cestión de Personas, sina a Pragri, Publica Compansor de Com

Municipal nº 3653, de 26 de milió de 2021, regulamentara poro usorara nº 1001, on 100 de 2021. Regular nº 3653, de 26 de milió de 2021. Regular nº 3653 de 100 de 2021. Edital nº , 0.42/2024 de 66/06/2024 nº 0.000 de 100 de 100

Cargo: PROFESSOR MUNICIPAL						
Nº ordem	Nome	Classificação	Nº Protocolo			
1	ALEXIA CORDEIRO	63*	2650/23			
2	IRLANE ROORIGUES	64*	2603/23			
3	DANIELLE QUATRIN	66"	2785/23			

ZELAYA SAULIT

Edital nº. 043/2024 de 03/04/2024 - Processo Beletivo Simplificado nº. 003/2023 de
13/02/2023 Súmula: Convocação de candidato(s) habilitado(s) no Processo Seletivo

Birnotificado de Temporano.

N* ordem	Nome	Clausificação	Protocolo
1	Sueller Cristina Suntoe da Rosa	67°	2793/23
2	Angela Hort de Lima Salvador	58°	2981/23
3	Maria Isabel Santos Policie	89*	2726/23
4	Adriele Apprecida Duarte	70*	2712/23
-	Danielle Dalerin Schamore	710	2814/23

O(A) Candidato(s) convocado(s), teni prazo de 24h (vinté a quatro horas), a contar da data 10 (dez) de junho de 2024, para comparacer no Departamento de Gastão de Passone.

sito Priuja Ángelo Mazzomo, S.N. em Corprel Vivida PR, para declarar so aculta los rislo el vaga, sob pena de perzo de vaga.

A publicação na interper dos altos acrimo encontra-ter disponível no Requirios enderados elementos (<u>cha Otenes Astronación con porte en autorizado pela Cherco (acido en autorizado pela Cherco) (esponível de Carlo de 2021, regulamentados pela Cherco en 1911 de 11 d. astronación 1913, d.o. de 23 de mayo de 2021, regulamentados pela Cherco en 1911 de 11 d. astronación 1911 d. astronación 1911 de 11 d. astronación 1911 d. astronación 1911 de 11 d. astronación 1911 de 11 d. astronación 1911 d. astronación 1</u> Destrucción de actronomocros

O Jornal da Cantu

www.jcarreiodopovo.com.br







As pessoas nunca buscaram por tanta informação.

Esse é o momento de você anunciar aqui.



d @jcorreiodopovo Fale com a gente (42) 3635-2944

() /jcorreiodopovo

@ @jcorreiodopovo

Correio DO POVO DO PARANÁ

Publicado por:

Sâmara de Moraes Spagnoli Código Identificador:78B81873

#### DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS PSS 001/2023

EDITAL N°. 049/2024, de 06 junho de 2024. PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N°. 001/2023

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2023 DE 13/02/2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA - ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o item 09 do Edital do Processo Seletivo 001/2023 de 13/02/2023 (abertura do certame) combinado com Edital nº. 006/2023 de 03/04/2023 (homologação) e a Lei Municipal nº. 056/2020;

Considerando que as candidatas convocadas no edital nº 048 de 03/06/2024, não se pronunciou no prazo estipulado no referido edital de convocação de candidatos habilitados no processo Seletivo Simplificado, RESOLVE

TORNAR PÚBLICO

Art. 1º. A Exclusão do candidato habilitado no Processo Seletivo Simplificado aberto através do Edital do Processo Seletivo 001/2023 de 13/02/2023, para o provimento de vaga temporária de Professor Municipal, conforme abaixo:

Cargo: PROFESSOR MUNICIPAL

N* ordem	Nome	Classificação	Nº Protocolo
1	Adrieli Aparecida da Silva	36°	792/23
2	Janielly Carneiro	38°	789/23
3	Indiamara Souza de Oliveira	39°	605/23

Art. 2º Que a publicação deste, além do Jornal Correio do Povo de Laranjeiras do Sul – PR, do endereço eletrônico: http://www.diariomunicipal.com.br/amp/ - conforme autorizado pela Lei Municipal nº 3063, de 26 de maio de 2021, regulamentada pelo Decreto nº 7691, de 14 de julho de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 06 (seis) dias do mês de junho de 2024, 135° da República e 69° do Município.

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito

Registre-se e Publique-se

CARLOS LOPES

Secretário Municipal de Administração

SÂMARA DE MORAES SPAGNOLI Diretora do Departamento de Gestão de Pessoas

> Publicado por: Sâmara de Moraes Spagnoli Código Identificador:54C24879

#### DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS PSS 001/2023

EDITAL N°. 050/2024, de 06 de junho de 2024. PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N°. 001/2023 DE 13/02/2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA - ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o item 09 do Edital do Processo Seletivo 001/2023 de 13/02/2023 (abertura do certame) combinado com Edital nº. 006/2023 de 03/04/2023 (homologação) e a Lei Municipal nº. 056/2020;

Considerando a necessidade do Departamento de Educação, conforme oficio, RESOLVE,

TORNAR PÚBLICO

Art. 1º. A convocação de candidato(a) habilitado(a) no Processo Seletivo Simplificado aberto através do Edital do Processo Seletivo 001/2023 de 13/02/2023, para o provimento de vaga temporária de Professor Municipal, conforme abaixo:

Cargo: PROFESSOR MUNICIPAL

N° ordem	Nome	Classificação	Nº Protocolo
1	Adriana dos Reis	41°	790/23
2	Marivone Vieira dos Santos	42°	590/23

	The state of the s		The second	
3	Rosenilda Viana da Rosa	43°	736/23	Г
4	Silvia Gawenda Marcolina	44°	830/23	
5	Juliana da Luz Silveira	45°	787/23	
6	Miriam Francieli Machado	46°	836/23 V	V
7	Juliana Aparecida Schwan de Mello	47°	786/23	Г
8	Ronaldo de Paula Baifus	48°	801/23	
9	Suellen Scramosin	49"	719/23	ı

Art. 2º. A(s) Candidata(s) convocada(s), tem prazo de 24h (vinte e quatro horas), a contar da data de 10 (dez) de junho de 2024, para comparecer no Departamento de Gestão de Pessoas, sito Praça Ângelo Mezzomo, S/N, em Coronel Vivida-PR, para declarar se aceita ou não a vaga, sob pena de perda da vaga.

Art. 3°. O não comparecimento do candidato dentro do prazo estabelecido na convocação ou apresentação dentro dos prazos estabelecidos para a contratação, porém, sem satisfazer as exigências previstas no Edital de Abertura do Processo Seletivo n°. 001 de 13/02/2023, será automaticamente excluído da lista de candidatos do PSS, reservando-se a Administração o direito de convocar o próximo candidato da lista de classificados.

Art. 4°. Que a publicação deste, além do Jornal Correio do Povo de Laranjeira do Sul – PR, no endereço eletrônico: http://www.diariomunicipal.com.br/amp/ - conforme autorizado pela Lei Municipal nº 3063, de 26 de maio de 2021, regulamentada pelo Decreto nº 7691, de 14 de julho de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 06 (seis) dias do mês de junho de 2024, 135º da República e 69º do Município.

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito

Registre-se e Publique-se

CARLOS LOPES

Secretário Municipal de Administração

SÂMARA DE MORAES SPAGNOLI Diretora do Departamento de Gestão de Pessoas

> Publicado por: Sâmara de Moraes Spagnoli Código Identificador:330991E9

#### DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES ADITIVOS

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA - PR

ADITIVO Nº 14 ao Contrato nº 77/2019 – Tomada de Preços nº 03/2019 – Contratante: Município de Coronel Vivida juntamente com o Fundo Municipal de Saúde. Contratada: WELT PRESTADORA DE SERVIÇOS – EIRELI - ME, CNPJ nº 13.649.693/0001-90. A prorrogação, objeto deste aditamento, está embasada no artigo 57, § 4º, da Lei Federal nº 8.666/93, solicitação da contratada, da Secretária Municipal de Saúde, parecer jurídico, indicação contábil e Deliberação Superior. Prorroga-se a vigência do contrato por mais 02 (dois) meses, de 08 de junho de 2024 a 07 de agosto de 2024. Os valores permanecem inalterados. Permanecem inalteradas as demais cláusulas. Coronel Vivida, 03 de junho de 2024.

#### ANDERSON MANIQUE BARRETO, Prefeito.

Aditivo nº 02 ao Contrato nº 86/2022 – Pregão Eletrônico nº 41/2022 – Contratante: Município de Coronel Vivida juntamente com o Fundo Municipal de Saúde. Contratada: EGA GESTÃO DE NEGÓCIOS LTDA, CNPJ sob n.º 24.327.852/0001-56. Prorroga-se a vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, 07 de junho de 2024 a 06 de junho de 2025. Fica reajustado o valor unitário, com base no IPCA, acumulado nos últimos 12 (doze) meses, referente ao mês de abril de 2024, na ordem de 3,69%. O valor total do aditamento é de R\$ 2.184.459,02. Permanecem inalteradas as demais cláusulas. Coronel Vivida, 23 de maio de 2024.

ANDERSON MANIQUE BARRETO, Prefeito.